

## Brascan Mercantil Securitizadora S.A.

CNPJ em Constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição em 15/06/2021

**1. Data, Hora e Local:** Em 16/03/2020, às 11h em São Paulo/SP. **2. Convocação e Presença:** Presentes os acionistas fundadores e subscritores representando a totalidade do capital social, a saber: **a) Kleber da Silva Campos**, RG nº 25.037.924-7 SSP/SP, CPF/MF nº 280.798.498-47, residente em São Paulo/SP, com escritório localizado na Avenida Rebouças, nº 3970, Sala 171, Pinheiros, CEP 05.402-918; e **b) KSC Consultoria e Gestão Patrimonial Ltda.**, CNPJ/MF nº 40.892.064/0001-69, com sede social localizada em São Paulo/SP, na Avenida Rebouças, nº 3970, Sala 171, Pinheiros, CEP 05.402-918, neste ato representada por seu administrador **Kleber da Silva Campos**, acima qualificado, **3. Mesa:** Presidente **Kleber da Silva Campos**, Secretário **Marcelo Diniz Yamano**, RG nº 30.760.203-5 SSP/SP, CPF/MF nº 312.503.338-14, residente e domiciliado em Campinas/SP. **4. Ordem do Dia:** (i) aprovar a constituição de uma sociedade por ações de capital fechado a ser denominada **Brascan Mercantil Securitizadora S.A.**, doravante denominada simplesmente **"Companhia"**; (ii) aprovar o Estatuto Social; (iii) aprovar o capital social, sua forma de subscrição e integralização pelos acionistas fundadores; (iv) eleger os membros da diretoria; (v) determinar os veículos de publicação; e (vi) discutir e deliberar demais assuntos correlatos à constituição da Companhia. **5. Deliberações:** **5.1.** Constituir uma sociedade por ações de capital fechado, sob a denominação de **Brascan Mercantil Securitizadora S.A.**, a ser estabelecida em São Paulo/SP, com escritório localizado na Avenida Rebouças, nº 3970, Sala 171, Pinheiros, CEP 05.402-918, e que será regida na forma do projeto de Estatuto Social. **5.2.** O valor total do capital, no montante de R\$100.000,00, representado por 100.000 ações ON e sem valor nominal, integralmente subscrito e a ser integralizado pelos acionistas fundadores. **5.3.** Preenchidas as formalidades legais e aprovado o Projeto de Estatuto Social, a Companhia é declarada constituída, passando-se, a seguir, à eleição dos membros da diretoria (doravante denominados **"Diretores"**), que assumirão os cargos internamente até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se nos 4 meses subsequentes ao término do atual exercício social, conforme segue: (a) **Kleber da Silva Campos**, já qualificado, é eleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente; e (c) **Marcelo Diniz Yamano**, já qualificado, é eleito para ocupar o cargo de Diretor Financeiro; e (c) **Juliana Machado**, RG 108.507.084-3 SSP/RS, CPF 002.813.550-45, residente e domiciliada em Canoas/RS, é eleita para ocupar o cargo de Diretora de Controladoria. **5.4.** Os Diretores ora eleitos aceitaram os cargos para os quais foram eleitos, afirmando conhecer plenamente a legislação e declarando, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades; e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Os Diretores tomaram posse de seus respectivos cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, passando a partir desta data a exercer os poderes e responsabilidades determinados pelo estatuto. Ficam os Diretores autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários à formalização da transformação do tipo societário da Sociedade, incluindo, sem limitação, o arquivamento deste instrumento e do Estatuto Social perante a JUCESP ("JUCESP"), bem como a abertura dos livros societários estabelecidos em lei. **5.5.** Aprovam as publicações dos atos da Companhia que serão realizadas no "DOESP" e em periódico de grande circulação em São Paulo/SP. **6. Lavratura:** Lavratura da ata em forma de sumário. **7. Encerramento:** Nada mais. **Mesa:** Kleber da Silva Campos - Presidente; Marcelo Diniz Yamano - Secretário. **Acionistas:** Kleber da Silva Campos; KSC Consultoria e Gestão Patrimonial Ltda. **Diretores:** Kleber da Silva Campos - Diretor Presidente; Marcelo Diniz Yamano - Diretor Financeiro; Juliana Machado - Diretora Controladoria. **Advogado Responsável:** Nome: Rafael de F. S. Pinheiro, OAB: 237.150/SP JUCESP NIRE 3530057532-6 em 19/08/2021. Gisela Simelem Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social - Denominação, Objeto Social, Sede e Duração - Artigo 1. A Brascan Mercantil Securitizadora S.A. ("Companhia")** é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei das S.A., e suas alterações posteriores. **Artigo 2.** A Companhia tem por objeto social a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial e prestação de serviços que sejam passíveis de securitização. **§ Único:** A Companhia não poderá, em hipótese alguma, participar do capital de qualquer sociedade, nem integrar grupo de sociedades, bem como conceder fianças ou avais em favor de terceiros quaisquer, incluindo seus acionistas e administradores. **Artigo 3.** A Companhia tem sede em São Paulo/SP, com escritório localizado na Avenida Rebouças, nº 3970, Sala 171, Pinheiros, CEP 05.402-918, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Artigo 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capital Social e Ações - Artigo 5.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito é de R\$ 100.000,00, representado por 100.000 ações, todas nominativas, ordinárias, e sem valor nominal, sendo integralizado neste ato o valor de R\$ 10.090,00 em moeda corrente nacional, sendo que o valor remanescente será integralizado pelos acionistas nos termos do Boletim de Subscrição. **§ 1º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de 1 voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável. **§ 2º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Quaisquer transferências de ações deverão ser feitas mediante a assinatura dos respectivos termos de transferência lavrados no livro de "Registro de Transferência de Ações Nominativas". **§ 3º.** Sem prejuízo de outras classes de ações que poderão ser emitidas mediante aprovação em Assembleia Geral, a Companhia poderá deliberar em favor da emissão de ações preferenciais de classe "A" e classe "B". Ambas as classes de ações preferenciais serão nominativas e sem valor nominal, e gozam das seguintes vantagens e privilégios: (a) Ações Preferenciais de Classe "A": terão direito a voto restrito, cabendo-lhes decidir apenas as matérias previstas no artigo 122, incisos 111, VI e VIII da Lei das S.A., bem como para a escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, quando necessário; são resgatáveis, a qualquer tempo, após 36 meses de sua emissão, por solicitação de seus detentores; têm prioridade no reembolso de capital, sobre as ações ordinárias e sobre as ações ordinárias; e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias na capitalização de lucros ou reservas; direito de preferência de aquisição das Ações Preferenciais de Classe "B", caso não exercido pelos Acionistas detentores de ações de mesma classe, ou pelos detentores de ações ordinárias, sucessivamente. (b) Ações Preferenciais de Classe "B": não possuem direito a voto, porém terão preferência no reembolso de capital e pagamento de dividendos sobre as ações ordinárias e ações preferenciais de classe "A". **§ 4º.** A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e prazo de subscrição. **§ 5º.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **§ 6º.** Na eventualidade de qualquer acionista deixar de proceder à integralização das ações subscritas na forma e no prazo conveniado, aplicar-se-ão as seguintes disposições: **a)** Os demais acionistas detentores de ações de mesma classe poderão integralizar as ações não integralizadas na proporção de suas participações, passando a ser a titulares exclusivos, livre de quaisquer ônus ou encargos, das ações que tiverem integralizado e de todos os direitos que lhe sejam inerentes, designadamente econômicos, sociais e de voto; **b)** Se os demais acionistas detentores de ações de mesma classe não exercerem a faculdade prevista na alínea anterior, o acionista inadimplente (i) terá o eventual direito de voto relativo às ações subscritas e não integralizadas suspenso, sendo plenamente válidas as deliberações tomadas sobre qualquer assunto pelos demais acionistas; (ii) os dividendos correspondentes às suas ações já porventura integralizadas apurados em referido exercício social poderão ser retidos pela Companhia até o limite do valor a ser integralizado, para fins de compensação, adicionado de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, sendo que eventual saldo pendente de integralização será liquidado, operando-se a diluição da participação do acionista remisso; (iii) os Diretores não acionistas que porventura tenham sido nomeados por tais acionistas terão seus poderes de gestão suspensos; ou (iv) as ações subscritas e não pagas poderão ser canceladas. **§ 7º.** Os Acionistas que compreendem uma mesma classe outorgam direito de preferência recíproco para a aquisição de suas ações e/ou direitos de subscrição da Companhia, sob pena de ser considerada nula de pleno direito e não produzir qualquer efeito em relação à Companhia e/ou aos seus Acionistas. Na hipótese de qualquer Acionista desejar alienar suas ações ("Acionista Ofertante"), no todo ou em parte, em razão do recebimento de documento indicando fim interesse de terceiro de boa-fé interessado em sua aquisição ("Potencial Adquirente"), deverá ele comunicar esse fato por escrito à Companhia, no prazo máximo de 10 dias, contados do recebimento de referida proposta, que deverá ser formalizada por escrito e indicar os termos e condições da oferta enviada pelo Potencial Adquirente ("Proposta"), incluindo: (a) a qualificação completa do Potencial Adquirente, sua principal atividade e, se for pessoa jurídica, a composição de seu capital social, indicando seu controlador final; (b) a quantidade de ações e/ou direitos de subscrição envolvidos ("Ações Ofertadas") e o percentual que as ações representam em relação ao total do capital social da Companhia; (c) o preço e a forma de pagamento, que será sempre em moeda corrente do Brasil, e a data de pagamento das Ações Ofertadas; (d) cópia da Proposta feita pelo Potencial Adquirente, da qual deverá constar, necessariamente, o seu compromisso incondicional e irrevogável de aderir ao presente Acordo, obrigando-se a cumpri-lo integralmente. Uma vez recebida tal notificação, a Companhia deverá comunicar aos acionistas detentores de ações de mesma classe, para que possam exercer seu direito de preferência; caso deixem de assim proceder, os Acionistas detentores de ações ordinárias poderão, subsidiariamente, exercer tal direito de preferência. Somente após assegurados tais direitos é que o Acionista Ofertante poderá realizar a venda ao Potencial Adquirente. No prazo de 15 dias do recebimento de serem comunicados a respeito da Proposta, os Acionistas terão preferência para a aquisição da totalidade das Ações Ofertadas, ao mesmo preço e condições da oferta, na respectiva proporção do capital delida por cada um, descontada a participação do Acionista Ofertante. Tendo os Acionistas manifestado sua intenção de adquirir as Ações Ofertadas, terão os mesmos o prazo adicional de 15 dias para efetivamente proceder à aquisição. Se neste prazo os Acionistas Receptores deixarem de comparecer à sede da Companhia para completar a transação, o Acionista Ofertante poderá alienar ao interessado todo o lote objeto da oferta inicial contida na Proposta. **Administração - Artigo 6.** A administração da Companhia compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **§ 1º.** Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura

dos respectivos termos no livro próprio. **§ 2º.** Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração poderá ser votada em verbal individual, para cada membro, ou verbal global, cabendo, então à Diretoria deliberar sobre a sua distribuição. Ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, o montante global fixado deverá ser dividido igualmente entre os Diretores. **Artigo 7.** A Diretoria será composta por 3 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelos acionistas e por estes destituíveis a qualquer tempo, designados "Diretor(a) Presidente", "Diretor(a) Controladoria Contábil" e "Diretor(a) Financeiro". **§ 1º.** O prazo de mandato de cada Diretor será de 3 anos, permitida a sua recondução por iguais períodos. **§ 2º.** Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores, a ser deliberada na próxima AGO realizada pela Companhia. **§ 3º.** No caso de impedimento ou ausência de qualquer Diretor, seja de caráter temporário ou definitivo, os demais Diretores poderão cumular tal cargo e representar a Companhia na forma deste capítulo. Em caso de ausência ou impedimento permanente, deliberação dos acionistas tomada em Assembleia Geral poderá determinar a nomeação interina de novo diretor ou pela cumulação de tal cargo entre os demais diretores em exercício à época. Será considerado (a) ausente ou impedido temporariamente o Diretor (i) acometido por enfermidade que o impeça de exercer suas atividades por até 30 dias ou (ii) impedido legalmente de praticar atos de gestão ou de tomar determinada providência relativa à gestão dos negócios da Companhia por prazo de até 30 dias; e (b) ausente ou impedido permanentemente o Diretor (i) for acometido por enfermidade que o impeça de exercer suas atividades em caráter definitivo, ou (ii) impedido legalmente de praticar atos de gestão ou tomar qualquer providência relativa aos negócios da Companhia por prazo superior a 30 dias ou indeterminado. **Artigo 8.** Compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social. **§ 1º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor que sejam praticados com excessos de poderes ou que a envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados em Assembleia Geral. **§ 2º.** Os membros da Diretoria serão considerados responsáveis pelas perdas e prejuízos incorridos pela Companhia e por terceiros quando estes decorrerem de falha no exercício de suas funções ou de atos praticados em desacordo com a lei, com este Estatuto Social e com as deliberações tomadas em Assembleia Geral. Sem prejuízo do disposto nesta cláusula, a Companhia indenizará e manterá indenidos seus Diretores por quaisquer danos ou prejuízos que tenham pessoalmente incorrido que relacionados ao regular exercício de suas funções, desde que tenham praticado seus atos com lisura e em observância aos mais elevados preceitos éticos e legais, bem como que tenham engendrado seus melhores esforços no sentido de mitigar a ocorrência de tais situações na maior extensão possível. **Artigo 9.** A Companhia será gerida e representada perante terceiros da seguinte forma: (a) pela assinatura isolada do Diretor Presidente, observado o disposto nos parágrafos deste artigo; ou (b) pela assinatura conjunta do Diretor Controladoria e do Diretor Financeiro, ou de qualquer um destes Diretores com mais 1 procurador devidamente constituído, que terá poderes específicos e prazo determinado para a prática de determinado ato. **§ 1º.** O Diretor Presidente terá todos os poderes necessários para gerir e conduzir os negócios da Companhia, podendo livremente praticar todos e quaisquer atos de administração, gestão e representação da Companhia, de maneira isolada. **§ 2º.** Além das atribuições específicas inerentes aos seus respectivos cargos, o Diretor Controladoria e o Diretor Financeiro terão poderes de gestão e representação conjunta da Companhia perante quaisquer terceiros. Sem prejuízo, poderão o Diretor Controladoria e o Diretor Financeiro assumir conjuntamente compromissos de quaisquer naturezas por conta e ordem da Companhia, dependendo de aprovação prévia dos acionistas para a prática dos seguintes atos: **a)** A oeração de quaisquer bens constantes do ativo fixo da Companhia; **b)** A celebração de contratos e/ou assunção de obrigações que estejam fora do curso normal dos negócios da Companhia, e/ou que excedam o valor equivalente a 1% do ativo total da Companhia, ainda que relacionados ao curso ordinário dos negócios; **c)** A venda, locação, transferência, ou oeração de qualquer parte do negócio da Sociedade (incluindo a venda de bens móveis, imóveis ou ativos intangíveis, tais como marcas e patentes), independentemente de seu valor; **d)** A celebração de contratos junto a instituições de crédito para fins de obtenção de financiamentos de curto e longo prazo, capital de giro ou aquisição de ativo imobilizado, que superem o valor equivalente a 1% do ativo total da Companhia; **e)** A renúncia a quaisquer créditos ou direitos inerentes à operação da Companhia até o limite de 5% do valor total atualizado à época do ato, bem como a celebração de qualquer negócio jurídico com partes relacionadas (i.e., que possuam qualquer relação de parentesco até o 3º grau com diretores, conselheiros ou acionistas, bem como entre empresas que sejam controladoras, controladas ou estejam sob o controle comum, direto ou indireto, de um diretor, conselheiro ou acionista); e **f)** A outorga de procurações para quaisquer pessoas, que deverá sempre observar o disposto no artigo 10. **§ 3º.** A Diretoria reunir-se-á mensalmente ou sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer Diretor. As reuniões extraordinárias serão convocadas por qualquer Diretor, com antecedência mínima de 72 horas, através de e-mail, devendo constar a data, horário e os assuntos da ordem do dia. As reuniões serão dirigidas pelo Diretor-Presidente ou, na ausência deste, por um Diretor por ele indicado. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas presencialmente ou por videoconferência, devendo ser lavradas as respectivas atas em livro próprio, assinada por todos os Diretores presentes. **Artigo 10.** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia pelo Diretor Presidente, individualmente, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de 1 ano. **Conselho Fiscal - Artigo 11.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 membros efetivos e, igual número de suplentes, o qual funcionará em caráter não permanente. **§ 1º.** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais e residentes no país, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, com mandato até a primeira AGO que se realizar após a eleição. **§ 2º.** Os membros do Conselho Fiscal somente terão sua remuneração que lhe for fixada pela Assembleia Geral, durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício das funções. **§ 3º.** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. **Assembleias Gerais - Artigo 12.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente quando convocada, a fim de discutirem assuntos de interesse da Companhia, ou ainda quando as disposições do Estatuto Social ou da legislação vigente exigirem deliberações dos Acionistas, devendo ser convocada: **a)** por iniciativa do Diretor Presidente, pelo Conselho Fiscal ou pelos Acionistas, nos casos previstos em lei. **§ 1º.** As Assembleias Gerais serão convocadas em conformidade com as disposições constantes na Lei das Sociedades por Ações e do presente Estatuto Social. Todas as convocações deverão indicar a ordem do dia, explicitando, ainda, no caso de reforma estatutária, a proposta de nova redação a ser deliberada. As Assembleias Gerais serão instaladas, em 1ª convocação com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 do capital social com direito de voto; em 2ª convocação, instalar-se-á com qualquer número. Serão consideradas como tendo sido devidamente convocadas as Assembleias Gerais a que compareçam todos os acionistas da Sociedade. **§ 2º.** A representação do acionista na Assembleia Geral se dará nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei das S.A., desde que o respectivo instrumento de procuração tenha sido entregue na sede social da Companhia com até 24 horas de antecedência do horário para o qual estiver convocada a Assembleia Geral. Se o instrumento de representação for apresentado fora do prazo de antecedência acima mencionado, este somente será aceito com a concordância do Presidente da Assembleia. **§ 3º.** A Assembleia Geral tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 13.** Todas e quaisquer deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por voto de acionistas representando a maioria do capital social da Companhia com direito a voto, salvo nos casos em que a lei ou o estatuto estabelecer maior quórum para a aprovação. **§ Único:** As atas das Assembleias poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas observado o disposto no § 1º, do artigo 130, da Lei das S.A. **Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados - Artigo 14.** O exercício social da Companhia terá a duração de 1 ano, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. **§ 1º.** Ao fim de cada exercício social serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, as quais serão apreciadas pela AGO em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos. **§ 2º.** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: **a)** Dedução dos prejuízos acumulados; **b)** 5% será aplicado na constituição de reserva legal, observado que não poderá exceder 20% do capital social; Importância eventualmente destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e **c)** O pagamento dos dividendos prioritários e cumulativos devidos às ações preferenciais das classes A e B; e **d)** O saldo será reinvestido na Companhia, a menos que seja aprovado o pagamento de dividendos extraordinários pela Assembleia Geral. **§ 3º.** A qualquer tempo, os acionistas em Assembleia Geral também poderão deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, existentes na conta de lucros acumulados, ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral, trimestral ou mensal, conforme o caso. **Artigo 15.** A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os como dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 16.** O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação da Assembleia Geral em contrário, no prazo de até 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do mesmo exercício social. **Disposições Gerais - Artigo 17.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 18.** Para todas as questões oriundas do presente Estatuto Social, fica desde já eleito o foro da Comarca de São/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser. **Artigo 19.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos de conformidade com a Lei das S.A. e demais legislações aplicáveis e em vigor. **Artigo 20.** A Companhia observará os Registros de Acionistas que venham a ser arquivados em sua sede social, sendo certo que, em caso de conflito entre as disposições deste Estatuto Social e os dispositivos do Acordo de Acionistas, prevalecerá o disposto no Acordo de Acionistas. O presente estatuto foi aprovado em Assembleia Geral de Constituição, ficando os diretores responsabilizados pelo seu arquivamento na JUCESP, e demais órgãos competentes.

